

## PREFÁCIO<sup>1</sup>

Ivo Tonet

Alguém poderia perguntar – e, nas circunstâncias atuais, não seria uma pergunta meramente retórica, para que um livro tratando de questões filosóficas, especialmente para a área de Serviço Social, uma profissão claramente dedicada ao tratamento de problemas dos mais imediatos.

A pergunta não é descabida, uma vez que há pouco a disciplina de Filosofia, juntamente com a de Sociologia, foi retirada do currículo do Ensino Médio, no Brasil.

Do ponto de vista do capital, em crise gravíssima, essa pergunta faz todo sentido. Mas, esta recusa da Filosofia (e da Sociologia) se deveria ao receio de elas estimularem uma reflexão crítica? Não nos parece ser esta a razão principal. As críticas que a Filosofia e a Sociologia fazem ao sistema social atual são, de modo geral, de caráter muito pontual e superficial. Cremos que a retirada tem a ver, muito mais, com preocupações mercantis. Afinal, para que despender recursos e preocupações com questões filosóficas e sociológicas que, aparentemente, nada contribuem para a solução dos prementes problemas imediatos?

Em um artigo intitulado *A propósito da retirada da Filosofia e da Sociologia do Ensino Médio (...)* elencávamos, a respeito dessa questão, duas posições. A primeira, que responde diretamente aos interesses da burguesia brasileira, dependente, subordinada e associado ao imperialismo, teria interesse nessa retirada por achar essas disciplinas inúteis e por entender que uma formação tecnicista seria suficiente para a grande massa dos trabalhadores. A segunda, pretendendo responder aos interesses da classe trabalhadora, advogaria a sua manutenção por entender que o acesso ao conhecimento sistematizado ao longo da história da humanidade e que constitui seu patrimônio, é um instrumento fundamental para a luta dos trabalhadores.

Não cremos que seja necessário dizer que nossa discordância em relação à primeira posição é total. Mas, também levantava objeções à segunda posição por não julgarmos suficiente a simples manutenção dessas duas disciplinas, uma vez que elas, embora pareçam inúteis de um ponto de vista econômico e, apesar de fazerem críticas

---

<sup>1</sup> Fundamentos filosóficos para o Serviço Social (2020).

pontuais, também servem, na sua forma atual, à reprodução do sistema do capital. Advogávamos, então, nesse texto, a necessidade, sim, da Filosofia e da Sociologia, mas enfatizando a imperiosidade de um tratamento radicalmente diferente da problemática do conhecimento da realidade social. Tratamento esse que deveria estar pautado no padrão científico-filosófico mais elevado que a humanidade já produziu, aquele cujos fundamentos foram elaborados por K. Marx.

As considerações acima tiveram por objetivo introduzir a questão da importância de produzir textos – no caso em tela, um livro – que tratem de questões filosóficas mesmo para a formação de profissionais que tratem de questões mais afetas à imediatividade da vida cotidiana.

Por que julgamos importante o tratamento de questões filosóficas para o curso de Serviço Social? E, em que perspectiva pensamos que isto deva ser feito?

Em um texto escrito em 1985, como contribuição para a nova proposta curricular do curso de Serviço Social, publicado na revista Serviço Social em Sociedade n. 15, nós dizíamos (p. 20):

É frequente a consideração da filosofia como algo esotérico, ocupação desinteressada de pessoas desligadas das preocupações do comum dos mortais, repositório de verdades e valores incontestáveis, de essências imutáveis das coisas, de primeiros princípios evidentes e de causas últimas. Tudo isso com aquele caráter de algo absoluto, perene, acima das contradições do tempo e da história.

Diante de tal conceito de filosofia, de cuja responsabilidade não estão isentos muitos daqueles que dela se ocupam, as pessoas fogem com tédio e horror, uma vez que ele não tem nenhum significado para sua atribulada vida real.

Certamente, nenhum grande filósofo é responsável por essa deformação da filosofia. Todos eles sempre estiveram profundamente inseridos na vida do seu tempo, refletindo, da maneira própria do fazer filosófico, os grandes problemas históricos. Para citar apenas alguns exemplos: Sócrates, Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino, Descartes, Bacon, Kant, Hegel viveram e pensaram intensamente os problemas do seu tempo.

Infelizmente, essa deformação do ensino da Filosofia marca, há décadas e também hoje, não só os cursos formais de Filosofia, mas também essa disciplina quando ofertada para outros cursos. De modo geral, o ensino da Filosofia, nos cursos específicos,

continua a ser um discurso esotérico, inteligível apenas para os iniciados e inteiramente apartado da vida real. O estudo pode até ser rigoroso, no sentido formal, mas esse rigor nada tem a ver, com honrosas exceções, com a vida real *extra muros*. Ou, quando pretende tratar do mundo real, nada mais faz do que emitir juízos e normas provenientes de uma razão abstrata. Essas características tornam-se ainda mais graves quando essa disciplina é ofertada a outros cursos.

De onde procede essa deformação do ensino da Filosofia? Sua causa fundamental, a nosso ver, se encontra na constituição da ciência moderna que, por sua vez, tem suas raízes no processo de produção e reprodução do capital. Como sabemos, a ciência moderna se constitui respondendo às exigências da produção de mercadorias e com elas, da produção e reprodução do capital. Para que esse processo se efetivasse era necessário cum conhecimento efetivo, mensurável, quantificável, experimentalmente controlado, da natureza. Daí porque os dados empíricos eram o elemento fundamental desse conhecimento. O conhecimento filosófico, de caráter marcadamente especulativo, que predominava nos períodos grego e medieval, não podia satisfazer as novas exigências. Procedeu-se, então, a uma separação entre ciência e filosofia, fazendo desta uma disciplina particular, que se ocuparia da problemática dos fundamentos do conhecimento e de outras questões não fundadas nos dados empíricos, como ética, estética, linguagem. Quando, seguindo o modelo das Ciências da Natureza, se constituíram as chamadas Ciências Sociais, claramente marcadas pela tradição positivista, a filosofia foi relegada a segundo plano, quando não votada à extinção por inutilidade. Tendo-se, então, tornado, como todas as outras ciências, uma disciplina particular, perdeu sua conexão com a totalidade social, especialmente com a base material da sociedade.

Mas, há outra questão que também marcou profundamente toda a reflexão filosófica desde os seus inícios até hoje. Trata-se da maturidade e da imaturidade do ser social.

Como sabemos, a Filosofia surgiu em um momento e lugar históricos em que, dado o específico desenvolvimento econômico, político e social, as respostas aos diversos problemas da existência humana, de caráter mítico, mitológico e religioso, já não satisfaziam as mentes mais indagativas. Tratava-se de buscar respostas fundadas em demonstrações racionais e não meramente lendárias.

Costuma-se dividir a história da Filosofia em quatro grandes períodos: grego, medieval, moderno e contemporâneo. Ainda que esta periodização tenha a sua validade, ela tem um caráter marcadamente cronológico. Preferimos uma outra que, a nosso ver, faz referência a uma questão mais substancial: um período que vai desde a antiguidade grega e se prolonga até o século XIX e outro, que vai do século XIX ao momento atual e, muito provavelmente, até o fim, se houver, do atual sistema social. Não ignoramos que entre os momentos grego, medieval, moderno e contemporâneo existem grandes diferenças. Todavia, temos um argumento muito importante que sustenta a nossa periodização. Trata-se do argumento relativo à maturidade e à imaturidade do ser social.

Referindo-se aos pressupostos que subjazem à obra de Marx, José Paulo Netto faz referência a essas duas características do processo histórico. Diz ele (1985, p. 16-17):

Uma compreensão teórica rigorosa da sociedade só é possível à medida que o ser social pode aparecer aos homens como algo específico, isto é, como uma realidade que, necessariamente ligada à natureza (ao ser natural, orgânico e inorgânico), tem estrutura, dinâmica e regularidades próprias. Enquanto o ser social é identificado como igual ao ser natural, ou visualizado como uma extensão dele, o pensamento que o analisa acaba trabalhando com analogias e transferindo para o plano da sociedade concepções que só são válidas para o plano da natureza.

E prossegue ele (16-17):

Ora, é somente quando se instaura a sociedade burguesa que o ser social pode surgir à consciência humana como um ser que, condicionado pela natureza, é *diferente* dela. Como Marx assinalou, a sociedade burguesa (o capitalismo) “socializa” as relações sociais: esta podem ser apreendidas pelos homens não como resultantes desígnios e vontades estranhos a eles, mas como produto de sua interação, de seus interesses, de seus conflitos e de seus objetivos. Na sociedade burguesa, o processo social – ao contrário das sociedades precedentes – tem características tais que os homens podem percebê-lo como fruto de suas ações e desempenhos. Em síntese: é na sociedade burguesa que os homens podem compreender-se como atores e autores da sua própria história.

Como se poder ver, do início do longo período que vai das primeiras formas da reflexão racional e sistematizada, na antiga Grécia, até meados do século XIX, a natureza da realidade social era imatura e, por isso, não possibilitava a sua compreensão como resultado exclusivo e integral da atividade humana. Certamente, houve avanços nessa

direção, mas a compreensão até as suas raízes mais profundas estava vedada. Essa imaturidade era, fundamentalmente, devida ao fato de que o ser social, ao longo desse período, era tão imbricado com a natureza que não parecia deter uma especificidade própria.

Com a revolução burguesa, essa dependência em relação à natureza se altera e a realidade social chega à sua maturidade o que tornava possível aquela compreensão. Todavia, agora, para além da maturidade da realidade social, entra em cena outro elemento. A categoria responsável por aquela maturidade e que é o fundamento da nova forma de sociabilidade (capitalista) – o trabalho assalariado – por sua natureza, punha em pauta duas possibilidades. De um lado, por fetichizar e naturalizar as relações sociais, continuava a impedir aquela compreensão. Por outro lado, e também por sua natureza (plenamente social), o trabalho assalariado possibilitava aquela compreensão. O primeiro caminho foi seguido por aqueles que assumiram a perspectiva da classe burguesa, o segundo por aqueles que assumiram a do proletariado. A burguesia precisava de teorias que contribuíssem para a reprodução do sistema que a beneficiava. O proletariado, por sua vez, precisava de teorias que fizessem uma crítica radical desse sistema e, assim, contribuíssem para fundamentar a possibilidade e a necessidade de superá-lo radicalmente.

É neste momento que a problemática da Filosofia e da Ciência sofre uma profunda mudança. A separação entre Filosofia e Ciência se acentua cada vez mais e, com isso, a Filosofia perde, de modo cada vez mais intenso o contato com a realidade. Em vários textos – especialmente em *El asalto a la razón, Marx e o problema da decadência ideológica, História e consciência de classe*, Lukács fez severas críticas a essa separação entre Filosofia e Ciência, evidenciando os caminhos do extravio da razão.

Chasin (1983), por sua vez, no texto *Marx – da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão*, também evidencia esse extravio da razão, como consequência do desenvolvimento do capitalismo e da falência do que era chamado de “socialismo. Segundo ele, a fetichização da realidade social, que já faz parte da natureza do capitalismo em qualquer estágio, se torna cada vez mais intensa à medida que ele vai se desenvolvendo. Não se trata, já, então, da centralidade da subjetividade, como era próprio do padrão moderno, mas da hipercentralidade da subjetividade, ou seja, de uma razão que perdeu completamente o rumo e que gira apenas ao redor de si própria. Expressões desse extravio da razão, sob formas muito diversas, são a tradição positivista e neopositivista, a

fenomenologia, o existencialismo, o estruturalismo e, atualmente, o irracionalismo, o pluralismo metodológico, o chamado identitarismo e o também chamado pós-modernismo. Todas essas expressões, por mais que façam críticas ao sistema capitalista, nunca chegam a uma crítica radical e muito menos a sustentar a possibilidade e a necessidade da revolução.

Respondendo aos interesses mais essenciais da classe trabalhadora e tomando o caminho, acima mencionado, da permissão de compreender a realidade social na sua máxima profundidade possível, K. Marx elaborou os fundamentos de uma concepção de mundo radicalmente nova e superior e, ao mesmo tempo, também lançou os fundamentos de um novo padrão científico-filosófico, o mais elevado que a humanidade já produziu. Nesse padrão são resgatadas, mas em níveis superiores, as relações estreitas entre a Filosofia e a Ciência.

Para orientar as suas lutas no sentido de eliminar toda forma de exploração e de opressão de um ser humano pelo outro e, assim, estabelecer um sistema social no qual a produção material fosse orientada para o atendimento das necessidades humanas e não para o lucro, possibilitando, desse modo, que todos os indivíduos pudessem desfrutar de uma vida humanamente digna, a classe trabalhadora precisaria de uma teoria que possibilitasse conhecer a realidade social até a sua máxima profundidade possível. Para isso, essa teoria teria que começar por responder à pergunta: o que é o ser social? Só uma resposta sólida e racional a essa questão poderia permitir sustentar a possibilidade e a necessidade de uma transformação radical da realidade social que abrisse caminho para o alcance daquele objetivo maior.

Respondendo a essa necessidade da classe trabalhadora, Marx elaborou os fundamentos da concepção histórico-materialista da realidade social, uma ontologia do ser social que lhe permitiu demonstrar a integral historicidade e socialidade do ser social, além de outras determinações essenciais. Essa concepção materialista da história, essa ontologia do ser social permitiu, então, que ele se lançasse à tarefa – científica – de elucidar os fundamentos do modo de produção capitalista. Esse andamento do trabalho marxiano mostra, claramente, a íntima conjugação dos momentos filosófico (ontológico) e científico na produção do conhecimento da realidade social. Nesse sentido, afirma Lukács (1992, p. 99):

Somente após termos precisado as fronteiras nas várias direções, torna-se possível expor os escritos econômicos de Marx de modo adequado ao caráter ontológico dos mesmos. Eles são imediatamente obras de ciência, não de filosofia. Mas, o espírito científico deles passou através da filosofia e jamais a abandonou, de modo que toda comprovação de um fato, todo conhecimento de uma conexão, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata, mas partem daqui para ir além, ou seja, para investigar toda facticidade visando ininterruptamente seu autêntico conteúdo de ser, sua constituição ontológica.

E, mais adiante, após explicitar novamente a estreita relação entre o momento filosófico e o momento científico, Lukács afirma (idem, p. 102):

Acreditamos que, desse modo, Marx criou uma nova forma tanto de cientificidade geral quanto de ontologia, uma forma destinada no futuro a superar a constituição profundamente problemática – apesar de toda a riqueza dos fatos descobertos por seu intermédio – da cientificidade moderna.

Essas breves considerações nos permitem afirmar a imprescindível necessidade e importância do estudo da Filosofia para a correta compreensão dos problemas sociais. Todavia, também nos permite afirmar que não basta estudar a Filosofia em um sentido genérico ou meramente cronológico, como uma coleção de ideias mortas ou com o fim de tornar os estudantes genericamente críticos. Se é verdade que a concepção de mundo histórico-materialista e o padrão científico-filosófico, fundados por Marx, são aqueles que permitem o conhecimento mais aprofundado da realidade social, então, toda a tradição filosófica, ela mesma, deve ser abordada a partir dessa perspectiva, buscando compreender a origem, a natureza e a função social das diversas formulações filosóficas. Uma abordagem desse tipo permitirá conectar essas ideias com o momento histórico e social e, ao mesmo tempo, apreender tanto seus ganhos como suas limitações. Ao mesmo tempo, a análise de qualquer fenômeno social também deve se pautar por essa perspectiva metodológica. Como já vimos, é esse padrão científico-filosófico que permite ultrapassar as aparências e apreender a essência dos fenômenos sociais. É a apropriação e a produção do conhecimento nessa perspectiva, radicalmente crítica e não apenas crítica, que possibilitará aos estudantes compreender a fundo os problemas sociais e, assim, contribuir, de algum modo, com as lutas dos trabalhadores no sentido de uma transformação radical da sociedade.

Como se pode ver, a concepção de mundo e o padrão científico-filosófico marxianos não são, de modo nenhum, neutros. São a expressão consciente de uma determinada perspectiva emanada dos interesses mais essenciais da classe trabalhadora. Assumir essa perspectiva não é uma escolha meramente subjetiva, mas a eleição do que há de melhor, pois, ao contrário de todas aquelas que se posicionam do ponto de vista dos interesses da burguesia, ela sustenta a realização de uma forma de sociabilidade de caráter realmente universal e não apenas particular.

#### Referências

CHASIN, J. Marx – Da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão. In: Nova Escrita/Ensaio, Ano V, n. 11/12

LUKÁCS, G. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In: Lukács (José Paulo Netto – org), São Paulo, Ática, 2ª ed, 1992

NETTO, José Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1985

TONET, I. Fundamentos filosóficos para a nova proposta curricular do Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, Ano V, agosto/1984

Maceió, setembro de 2020



